

Atendimento educacional especializado na educação infantil no centro de reabilitação e valorização da criança - Recife/PE

Alberto Melquíades da Silva Filho
Elieuzza Aparecida de Lima

Como citar: SILVA FILHO, Alberto Melquíades da; LIMA, Elieuzza Aparecida de. Atendimento educacional especializado na educação infantil no centro de reabilitação e valorização da criança - Recife/PE. *In:* CAÇÃO, Maria Izaura; CARVALHO, Sandra Helena Escouto de (org.). **Políticas e práticas pedagógicas em atendimento educacional especializado.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 127-145.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-313-7.p127-145>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 7

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENTRO DE REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CRIANÇA – RECIFE/PE.

Alberto Melquíades da Silva Filho¹;

Elieuzza Aparecida de Lima²

INTRODUÇÃO

A educação especial sob o princípio da inclusão não pode ser exercida com base em práticas pedagógicas apoiadas em concepções excludentes, mas fundamentada em princípios educacionais que busquem alternativas de aprendizagem segundo as peculiaridades da criança com necessidades especiais, assegurando o respeito à diversidade. Assim, o Centro de Reabilitação e Valorização da Criança (CERVAC) em consonância com a legislação nacional voltada à educação e com os documentos relativos à educação especial inclusiva desenvolve ações que ampliam e qualificam a educação inclusiva oferecendo ainda o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

¹ Pedagogo; Discente do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; E-mail: albertomelq@gmail.com

² Doutora em Educação; Professora Assistente Doutora da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp – Campus de Marília, SP; E-mail: aelislma@ig.com.br.

O referido trabalho tem como enfoque analisar as práticas inclusivas relacionadas ao AEE na educação infantil, desenvolvidas no CERVAC.

A temática em questão foi escolhida diante das abordagens realizadas ao longo do Curso de Graduação em Pedagogia associadas à vivência profissional direcionada ao suporte educacional a crianças com necessidades especiais na rede municipal de ensino da cidade do Recife-PE. Fatos que despertaram o interesse como também condicionaram a emergência de questionamentos a respeito do serviço proposto pelo CERVAC.

O procedimento metodológico adotado consistiu em uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental. Do ponto de vista bibliográfico, foram consultadas diferentes bibliotecas universitárias e, no que se refere à pesquisa documental, o acervo documental do CERVAC foi escolhido como elemento de investigação e reflexão.

Com este estudo, esperamos contribuir com as reflexões sobre a Educação Inclusiva e do AEE, emergentes no âmbito acadêmico, sensibilizando especialmente profissionais em educação sobre o fato de que a inclusão é um processo em que todos os sujeitos devem estar mobilizados a vivenciá-lo sem deixar espaço para a segregação, favorecendo a ocorrência de processos de ensino e de aprendizagem democráticos e humanizadores, com respeito às diferenças individuais.

1. REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os primeiros acordos de uma Educação Inclusiva foram dados na Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien, na Tailândia, no ano de 1990. Em tal encontro, os principais pontos discutidos foram direcionados à necessidade de se promover maiores oportunidades de uma Educação duradoura que se caracterizasse a partir de três objetivos direcionados à Educação Especial. De acordo com Santos (2000, p. 4), eles se relacionam à (ao):

- a) estabelecimento de metas claras que aumentem o número de crianças frequentando as escolas;
- b) tomada de providências que assegurem a permanência da criança na escola por mais tempo, sendo o suficiente para lhe oferecer um real benefício da escolarização;

c) início de reformas educacionais significativas que assegurem por parte da escola a inclusão em suas atividades, em seus currículos e, por meio de seus professores, serviços que efetivamente correspondam às necessidades de seus alunos, de suas famílias e das comunidades locais, e que correspondam às necessidades das nações em formarem cidadãos responsáveis e instruídos.

Os referidos objetivos direcionados à educação para todos, ou seja, a uma educação de caráter inclusivo, ampliam as discussões referentes à Educação Especial no contexto da educação, como um direito de todos.

No ano de 1994, em Salamanca, na Espanha, é realizada a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais, evento que reafirma as bases educacionais discutidas em Jomtien, além do direito à educação do indivíduo conforme a Declaração dos Direitos Humanos. A partir desse encontro internacional, elaborou-se um documento onde toda criança e jovem com necessidades especiais devem estar inclusos em escolas comuns.

Assim a UNESCO (1994, p. 15 *apud* Santos 2000, p. 4), no texto da Declaração de Salamanca explicita que:

Proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990 [...] ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades educacionais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem.

No caso particular do Brasil, Mazzotta (1996) constatou que não havia nenhum esclarecimento de caráter científico sobre quem eram os deficientes até o século XVIII. No Brasil, o primeiro passo da Educação Especial é marcado pela fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro por D. Pedro II em 12 de setembro de 1854. Em 1891, esse instituto tem seu nome alterado para Instituto Benjamin Constant (QUEIROZ; SILVA, 2001).

No ano de 1855, foi criado o Instituto dos Surdos-Mudos, dois anos depois passou a se chamar Instituto Nacional dos Surdos. Nesta escola, dava-se ênfase ao aspecto literário e profissionalizante. Já os portadores de

deficiência mental recebiam um direcionamento diferenciado, era dado um enfoque médico e não com caráter educativo (QUEIROZ; SILVA, 2001).

Durante o período imperial, os doentes mentais eram retirados do convívio social e internados em hospitais psiquiátricos, assim como os cegos e os surdos também eram isolados do convívio social em institutos. De certa forma, isso se configurou como um processo de exclusão e descaso, pois tais institutos não acolhiam os casos menos graves (MENDES, 2001).

O Brasil apresentou dois momentos na evolução da educação especial de acordo com Mazzotta (1996). O primeiro se estendeu de 1854 até 1956 e foi caracterizado por iniciativas particulares como também oficiais. Enquanto o segundo momento vai de 1957 a 1993, surgindo iniciativas oficiais nacionais que acarretaram na formação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP.

Em 1986, o mencionado CENESP foi transformado em Secretaria de Educação Especial – SEESP que acabou sendo extinta em 1990 a partir de uma reestruturação do Ministério da Educação. Todas as suas atribuições foram repassadas a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Conforme Queiroz e Silva (2001), a disseminação da Educação Especial no Brasil ocorreu de maneira bem isolada ou ainda por meio da iniciativa de pais que queriam atender as necessidades e anseios educacionais de seus filhos portadores de necessidades especiais, como foi o caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Martin (2009) elaborou uma retrospectiva das leis criadas para assegurar o acesso de portadores de necessidades educativas especiais - PNEEs à educação e para instituição da educação inclusiva no Brasil. Nesta retrospectiva destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), elaborada no fim do século XX na qual foi determinado que as redes de ensino, privada e pública, devem se adequar para atender as necessidades do aluno, assegurando o currículo, métodos, recursos e organização. Já no século XXI, o Conselho Nacional de Educação - CNE definiu que a formação de nível superior deve contemplar a formação de professores para atuar na educação especial.

Atualmente, para incluir alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular, a escola deve estar preparada não só no ponto de vista estrutural, mas toda a comunidade escolar. O professor, em particular, que deve ser consciente da responsabilidade em ensinar a todo educando aceitando a diversidade, possibilitando assim, que o aluno com necessidade especial sintam-se como membro integrante da comunidade escolar e que o mesmo seja aceito no grupo (MARTINS *et al.*, 2008).

Ao promover a inclusão do aluno, a escola favorece o acesso ao espaço comum em sociedade, orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação de diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento com qualidade em todos os aspectos da vida (BRASIL, 2001).

Operacionalizar a inclusão escolar – de modo que todos os alunos, independentes de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade – é o grande desafio a ser enfrentado, numa clara demonstração de respeito à diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos. (BRASIL, 2001, p. 27).

Nas afirmações de Pablo (1999, p. 28 *apud* Feltrin 2006, p. 69):

A escola desempenha nas nossas sociedades uma função central, instruindo uma moralidade solidária, tolerante, uma moralidade que procura, que busca, desesperadamente, a construção da igualdade radical entre os homens e as mulheres, uma igualdade baseada em critérios de solidariedade, de justiça, de liberdade, de respeito.

Enfim, a escola deve se preparar para acolher o aluno com necessidades especiais. E nessa preparação não deve se limitar unicamente a reformas na estrutura física, ampliando para as mudanças na prática pedagógica, na qual o reconhecimento da diversidade e o respeito à mesma é fundamental para que o aluno com necessidades especiais sintam-se inserido no contexto social onde vive.

Entretanto, Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p. 21-22) destacam a existência de

três componentes práticos interdependentes no ensino inclusivo: [...] O primeiro deles é a rede de apoio, o componente organizacional,

que envolve a coordenação de equipes e de indivíduos que apoiam uns aos outros através de conexões formais e informais – conforme estudos de Stainback & Stainback (1990a, 1990b, 1990c) e Villa & Thousand (1990). Stone e Collicout (1994) descreveram um sistema bem-sucedido de uma rede de três camadas: grupos de serviço baseados na escola, grupos de serviço baseados nos distritos e parcerias com as agências comunitárias. Todos esses grupos funcionam em uma base de apoio mútuo para capacitar o pessoal e os alunos. O segundo componente é a consulta cooperativa e o trabalho em equipe, o componente do procedimento, que envolve indivíduos de várias especialidades trabalhando juntos para planejar e implementar programas para diferentes alunos em ambientes integrados (Harris, 1990; [...]; Thousand & Villa, 1990). O terceiro componente é a aprendizagem cooperativa, o componente do ensino, que está relacionado à criação de uma atmosfera de aprendizagem em sala de aula em que alunos com vários interesses e habilidades podem atingir o seu potencial (Johnson & Johnson, 1986; Sapon-Shevin, 1990). Os agrupamentos heterogêneos, a tutela dos pares em várias formas [...] e os grupos de ensino para atividades de instrução e recreação [...] são alguns dos elementos da aprendizagem cooperativa.

A educação inclusiva, para Martins *et. al.* (2008), traz sérias implicações para os docentes e para as escolas que devem centrar-se na revisão de concepções, estratégias de ensino de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo ao máximo suas potencialidades.

O texto da Declaração de Salamanca, de acordo com Santos (2000), apela aos governos a existência de programas de formação de professores tanto inicial como continuada, voltadas ao atendimento às necessidades educacionais especiais nas instituições educacionais.

González (2002) afirma que, cada professor, na perspectiva da educação inclusiva passa a ter responsabilidades com a promoção da interação e cooperação entre todos os envolvidos no processo educativo, caracterizando um trabalho de equipe. Trabalho este, onde o aluno seja motivado ao mesmo tempo em que a diferença seja reconhecida e aceita.

A Lei de Diretrizes da Educação – LDB/96 assegura e prevê professores com capacitação adequada em nível médio ou superior, como

ainda professores do ensino regular capacitados para a integração de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Os professores considerados capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, de acordo com Brasil (2001, p. 31-32), são aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências segundo Brasil (2001, p. 31-32), para:

- a) perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento;
- b) avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
- c) atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Mesmo assim,

cabe a todos envolvidos no processo educacional, particularmente os setores de pesquisa, às universidades, o desenvolvimento de estudos na busca dos melhores recursos para auxiliar – ampliar a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais de se comunicar, de se locomover e de participar de maneira cada vez mais autônoma no meio educacional, da vida produtiva e da vida social, exercendo assim, de maneira plena, a cidadania. (BRASIL, 2001, p. 32-33).

Nessa perspectiva, a educação inclusiva não se restringe à inserção de crianças com necessidades especiais no ciclo comum da educação, mas a possibilidade de identificar, respeitar e saber lidar com as diferenças. De acordo com Martins *et al.* (2008), isso só será possível se o professor for efetivamente preparado no que se refere à atuação docente eficaz e intencional, considerando as diferenças e sabendo como percebê-las; além de ser capaz de reconhecer falhas, alterar seus procedimentos didáticos e avaliativos no cotidiano escolar.

Conforme Martins *et al.* (2008, p. 52):

Os educadores verdadeiramente engajados no processo de inclusão são os criadores e defensores de novos valores e novas condutas que rompem com a moral tradicional, instaurando uma nova ética. [...] a nova ética

da inclusão está despertando; ela é o fermento de uma sociedade mais equitativa, mais solidária, mais responsável, mais respeitadora das diferenças e portadoras de novos valores onde cada ser humano, com ou sem necessidades especiais, na existência compartilhada com outros, encontrará liberdade, justiça e felicidade.

Com isso, de nada adiantarão discursos inflamados acerca da educação inclusiva, se o educador não partir para ação, uma vez que não se deve esperar exclusivamente por mudanças oriundas das instâncias governamentais ou por premissas da educação inclusiva restritas a dito em documentos, artigos científicos, teses e dissertações.

2. O AEE NO CERVAC VOLTADO À EDUCAÇÃO INFANTIL

O CERVAC, como descrito por Souza e Filho (2008), foi fundado em 1988, por iniciativa de três jovens moradores do bairro do Morro da Conceição, localizado na Região Metropolitana do Recife (PE).

A partir de uma pesquisa, essas pessoas buscaram conhecer melhor a população do bairro e assim detectaram possíveis casos de deficiências tanto de ordem mental como de ordem física. Após a pesquisa, iniciaram os trâmites para regularizar o funcionamento da entidade sem fins lucrativos, cujo propósito é resgatar o respeito e a credibilidade de crianças, adolescentes e jovens, por meio do desenvolvimento de programas de reabilitação, prevenção, educação, musicalização e acompanhamento às famílias, favorecendo a inclusão social mediação a participação ativa em políticas públicas, garantindo uma melhor qualidade de vida à pessoa com deficiência.

A instituição, segundo o seu projeto político pedagógico (CERVAC, 2009), tem como eixo de sua política institucional, a dimensão comunitária em uma perspectiva de atuação crítica às formas de opressão e discriminação social, com desenvolvimento de ações solidárias para com o próximo, sensibilizadoras quanto aos direitos sociais de cada indivíduo.

A instituição é estruturada em departamentos/programas: Programa de Atenção a Saúde, Programa de Educação Inclusiva, Programa de Assistência Social, Programa Artístico-Cultural, Departamento de Comunicação e o Departamento de Sustentabilidade institucional. Conforme

expresso no regimento institucional, esses departamentos/programas estão relacionados à garantia do funcionamento organizacional e alcance dos objetivos junto às pessoas com deficiência, família e sociedade, buscando uma melhor qualidade de vida e construção de uma sociedade inclusiva.

O CERVAC, conforme o projeto político pedagógico (CERVAC, 2009), estabelece parcerias com outras instituições, dentre eles: a Policlínica e Maternidade Professor Barros Lima, o hospital público do Recife (PE) que possui o título de Hospital Amigo da Criança concedido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Organização Mundial de Saúde. Por meio dessa parceria, são encaminhadas crianças recém-nascidas que apresentem algum tipo de deficiência já constatada na maternidade, para procurar um atendimento específico que estimule o desenvolvimento infantil. Nesse contexto, as crianças atendidas no CERVAC, com idade entre os primeiros meses e os cinco anos, após avaliação da equipe multidisciplinar, são devidamente matriculadas no serviço, conforme necessidade específica, sendo submetidas a atendimentos nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, pedagogia, serviço social, artes plásticas e musicalização.

O atendimento de estimulação precoce é oferecido para as crianças menores de cinco anos de idade, com diagnóstico de lesão cerebral causada durante o pré-natal, neonatal e pós-natal ou sindrômicas, que não andam, com o objetivo de estimular as áreas sensoriais e motoras das crianças, durante o período desta etapa do desenvolvimento infantil, estimulando as funções cerebrais, respeitando as particularidades de cada criança (CERVAC, 2009).

O atendimento sensorial, conforme CERVAC (2009), engloba crianças menores de sete anos, com diagnóstico de lesão cerebral causada durante o pré-natal, neonatal e pós-natal ou sindrômicas, que andam, ou crianças matriculadas em mobilidade que não andam. Esse serviço tem o objetivo de estimular as percepções visuais, tátil, auditiva, gustativa, olfativa, bem como a linguagem, desenvolvendo os conhecimentos cognitivos e prática da vida diária, recebendo orientações pedagógicas a fim de direcionar as crianças a serem matriculadas na rede de ensino.

O atendimento de mobilidade beneficia, segundo o CERVAC (2009), crianças com idade entre 5 a 10 anos com diagnóstico de lesão cerebral causada durante o pré-natal, neonatal e pós-natal ou sindrômicas, que não

andam, objetivando estimular a criança, ajudando-a em seu desenvolvimento físico-motor, como também na prevenção de um agravamento do quadro. A presença dos pais e/ou responsáveis na sessão é obrigatória nessa área, devido a participação dos mesmos no processo de reabilitação e para que possam dar continuidade aos exercícios no ambiente doméstico, diariamente.

O atendimento de grupo especial compreende crianças com até 10 anos de idade, com diagnóstico de psicose infantil, autismo ou síndromas, com comprometimento cognitivo grave. Este serviço tem o objetivo de estimular a concentração, atenção e o limite das crianças atendidas, uma vez que apresentam patologias que atinge a área cognitiva e, em sua maioria, fazem uso de psicotrópicos (CERVAC, 2009).

O ensino regular é oferecido no CERVAC, segundo as informações do projeto político pedagógico (CERVAC, 2009) em uma perspectiva inclusiva, mediante convênio firmado com a Secretaria de Educação do município, desde 2007, onde a instituição funciona como anexo da Escola Municipal Júlio Vicente Alves de Araújo, atendendo crianças matriculadas em quatro turmas: núcleo de deficiências múltiplas, núcleo de transtorno global do desenvolvimento, Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação Infantil.

A referida instituição tem por base, na proposta pedagógica, o compromisso com o desenvolvimento com a prática educativa com qualidade. Apoiada na adesão de uma política inclusiva que respeita à diversidade e os tempos diferentes de aprendizado das crianças, a instituição baseia-se no princípio de igualdade, possibilitando à criança participar da sociedade de forma democrática e autônoma (CERVAC, 2009).

Para tanto, a educação deve reconhecer os conhecimentos prévios de cada aluno, e, partindo do já conhecido, ampliar sua formação para que seja cidadão do mundo, tendo na proposta pedagógica os princípios éticos de liberdade, pluralismo de ideias, de respeito aos direitos garantindo ao estudante seu papel de protagonista na apropriação de conhecimentos, descobrindo o prazer pelo estudo, pesquisa, atividades culturais e artísticas (CERVAC, 2009).

O incentivo à modalidade artística é uma prioridade no trabalho desenvolvido no CERVAC, oferecendo em todas as áreas, o serviço de musicalização, artes plásticas e brinquedoteca.

No bojo da proposta pedagógica, a escola assume a responsabilidade de socializar, construir identidades, exercitar a autonomia e a cidadania, respeitar a diversidade em seus vários aspectos, contemplando a dimensão cognitiva, afetiva, ética, estética, social, cultural e política.

Sendo assim, o AEE no CERVAC complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vista à autonomia e à independência na escola e fora dela. Esse Centro apóia o desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos gerais de desenvolvimento e altas habilidades, disponibilizando o ensino de linguagem e de códigos específicos de comunicação e sinalização. Oferece também tecnologia assistiva - T.A., adequando e produzindo materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas das crianças e, também, oportunizando o enriquecimento curricular para estes alunos. A Educação Infantil expressa-se por meio de serviços de intervenção precoce, que objetiva otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem, em interface com os serviços de saúde e assistência social (CERVAC, 2009).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa bibliográfica trata-se de investigação de caráter exploratório, que consiste no levantamento de informações a partir de material já elaborado, tais como aqueles materiais de cunho científico: livros, artigos de revistas e dissertações e teses. Esse tipo de pesquisa é de suma importância, ao permitir que o pesquisador localize, reúna e sistematize a literatura sobre a temática estudada, com a possibilidade de análise para formação de opiniões sobre o que já foi produzido, podendo ainda abrir um leque de perspectivas para novas pesquisas como enfatizam Gil (2006), Lakatos e Marconi (2010) em seus textos sobre o assunto.

Neste trabalho, a busca desse material bibliográfico se deu em bibliotecas universitárias da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda - FACHO e do Centro de Reabilitação e Valorização da Criança – CERVAC. Dos treze títulos localizados, todos se referiram à temática deste estudo.

A busca se deu por meio da seguinte palavra-chave “educação inclusiva” e por meio dela foi organizado um quadro descritivo dos seguintes dados: tipo, título, autor(a), assunto, ano e local. Além desses buscou-se

também os resumos dos trabalhos, mas que, pelos limites impostos por este artigo, não são possíveis de destacar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados ao longo da pesquisa bibliográfica e documental permitem discussões específicas, no que se refere às particularidades do AEE e do CERVAC como objeto de estudo deste trabalho.

Os dados apontam que o AEE se encontra atrelado ao plano político pedagógico da instituição sendo colocado em prática no ensino comum sob a perspectiva da inclusão, e, em se tratando do público da educação infantil, enfatiza o direito da pessoa pequena ser criança, priorizando as atividades necessárias para essa etapa do desenvolvimento: o brincar e a vivência lúdica no contato com a cultura sistematizada no ensino escolar. Fato que coincide com os estudos de Souza e Filho (2008).

No CERVAC, o espaço escolar onde o AEE é desenvolvido na educação infantil trata-se de uma sala comum com atividades curriculares diversificadas, com as quais se pretende eliminar as barreiras para daí conseguir a participação plena da criança, levando em consideração as necessidades específicas de cada uma delas, assemelhando-se aos resultados dos estudos de Souza e Filho (2008). Essa preocupação com a oferta de um espaço adequado à movimentação das crianças é fundamental para o desenvolvimento das ações pedagógicas propostas e a aprendizagem dos educandos, e indispensável para uma inclusão escolar concreta. Assim, a atenção voltada às crianças da educação infantil requer estratégias pedagógicas promotoras da estimulação do desenvolvimento físico, motor, sócio-afetivo, cognitivo, da linguagem, sensorio perceptivo.

O trabalho desenvolvido no CERVAC, aqui analisado no contexto da educação infantil, apresenta quatro anos de existência em parceria com a Secretaria de Educação do município, atendendo um quantitativo de 30 crianças. Vários resultados positivos foram obtidos no CERVAC que constam nos registros individuais das crianças atendidas no centro, pois algumas delas já frequentam a instituição desde o seu nascimento e lá ingressam em sua primeira experiência de escolarização, sendo posteriormente encaminhados a efetuar matrícula em turmas regulares, em

outras unidades educativas ou a permanecer no serviço de AEE, além dos atendimentos da equipe multidisciplinar.

Quadro 1: Trabalhos localizados na fonte “Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco”

Nº	Tipo	Título	Autor	Assunto	Ano	Local
1	Livro	Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva	RODRIGUES, D.	Educação Inclusiva	2006	São Paulo
2	Livro	Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas	GONZÁLEZ, J. A. T.	Educação Inclusiva	2002	Porto Alegre
3	Livro	Inclusão: compartilhando saberes	MARTINS, L. A. R. et al	Educação Inclusiva	2008	Petrópolis

Quadro 2: Trabalhos localizados na fonte “Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda - FACHO”

Nº	Tipo	Título	Autor	Assunto	Ano	Local
1	Livro	Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença	FELTRIN, A. E.	Educação Inclusiva	2006	São Paulo

A oferta da educação infantil é um fazer educativo complexo, que exige uma atenção crítica do contexto escolar, do fazer educativo e dos elementos que o compõem: conteúdos curriculares, prática educativa, estratégias metodológicas que contribuam para o desenvolvimento integral das crianças matriculadas nesse nível, visando atender suas necessidades de socialização, comunicação e participação nas diferentes situações propostas, assim, valorizando as relações interpessoais revolvendo barreiras para uma aprendizagem efetiva, como afirma Drago (2011) em seu trabalho.

É possível perceber, na prática educativa do CERVAC, três eixos que direcionam a educação infantil: educar, cuidar e brincar. A partir destes eixos, as atividades são planejadas e os docentes encaminham as crianças à interação, contribuindo no desenvolvimento das capacidades de relações interpessoais, denotando a apropriação de condutas que revelam a aceitação, o respeito, a confiança, solidariedade e acesso ao conhecimento, havendo, portanto, uma consonância com as bases educacionais de Brasil (1998).

Quadro 3: Trabalhos localizados na fonte “Biblioteca do Centro de Reabilitação e Valorização da Criança – CERVAC”

Nº	Tipo	Título	Autor	Assunto	Ano	Local
1	Lei	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	BRASIL MEC	Lei da Educação Especial	1996	Brasília
2	Lei	Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica	BRASIL MEC/ SEESP	Diretrizes da Educação Especial	2001	Brasília
3	Revista	Aprender a superar: conhecer o que afeta seu aluno é o primeiro passo para criar estratégias que garantam a aprendizagem	MARTIN, C. S.	Educação Especial/ Inclusiva	2009	São Paulo
4	Revista	Educação inclusiva e a declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro	SANTOS, M. P.	Educação Especial/ Inclusiva	2000	SI
5	Dissertação	A formação do pedagogo na educação especial: um estudo descritivo	QUEIROZ, M. A. S.; SILVA, R. S. A.	Educação Especial/ Inclusiva	2001	Belém-Pará
6	Dissertação	Bases históricas da educação especial no Brasil e a perspectiva da educação inclusiva	MENDES, E. G.	Educação Especial/ Inclusiva	2001	Fortaleza

Quadro 4: Trabalhos localizados na fonte “Biblioteca particular – terceiros”

Nº	Tipo	Título	Autor	Assunto	Ano	Local
1	Livro	Educação especial no Brasil: história e políticas públicas	MAZZOTTA, M. J. S.	Educação Especial/ Inclusiva	1996	São Paulo
2	Livro	Inclusão: um guia para educadores	KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S.	Educação Inclusiva	1999	Porto Alegre

Assim, é possível entender que o currículo vivenciado na turma da educação infantil possibilita vivências de experiências que estimulam tanto a formação pessoal do indivíduo (sua identidade e autonomia) como também o conhecimento do mundo, em suas mais variadas modalidades de linguagens e expressão, podendo, de acordo com o perfil do grupo, necessitar da priorização de determinados aspectos ou conteúdos de aprendizagens.

Para que as crianças com necessidades educacionais especiais possam obter sucesso nos programas propostos no serviço do AEE, é necessária a garantia do envolvimento de todos os membros que com elas se relacionam: família, professores e escola, contribuindo para o desenvolvimento de uma autoimagem positiva, autonomia e independência.

O público atendido na educação infantil no CERVAC apresentou como diagnóstico: síndrome de Down, baixa visão, autismo, deficiência intelectual, deficiência física, microcefalia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH, distúrbio de conduta dentre outras síndromes, conforme registros institucionais.

De acordo com o comprometimento de cada criança e grupo, é respeitado um limite quantitativo de matrículas, geralmente de cinco a dez crianças, além da garantia de um profissional de apoio (estagiário), para auxiliar na intervenção pedagógica proposta aos educandos.

Dentre os resultados obtidos com o grupo do corrente ano, evidencia-se que dos cinco alunos matriculados, quatro estão vivenciando

sua primeira experiência escolar, explorando atividades relativas a cores, motricidade, conceitos posicionais, formas geométricas, elementos comemorativos, além de serem contemplados com atividades diversificadas como musicalização, artes visuais, jogos coletivos, brinquedoteca e vivências extraclasse, como visitas a praças e jardins, exposições culturais, centros de compras e outros espaços sociais.

É importante destacar que cada criança possui um ritmo de aprendizagem e desenvolvimento, muitas vezes em consequência da própria deficiência motora ou sensorial, o que exige um cuidado peculiar para o seu processo de desenvolvimento. Assim, o trabalho desenvolvido no AEE desencadeia, nas atividades propostas na sala de aula às crianças da educação infantil no CERVAC, ao aprimoramento das áreas sensorial, cognitiva e afetiva, capacitando os indivíduos com necessidades especiais à inclusão, sendo semelhante às conclusões dos trabalhos de Cardoso e Simonini (2009), ao estudar o AEE na rede municipal de Uberlândia (MG). É relevante ressaltar que a atuação do professor regente no grupo do CERVAC viabiliza condições favoráveis por meio das quais a criança possa desenvolver suas habilidades atrelando-as a condições sócio-interativas.

Incluir criança com necessidades especiais não significa dar a ela oportunidade de fazer parte de determinado ambiente, mas oferecer a ela possibilidade de interagir com o meio e com os indivíduos que nele se encontram, segundo as premissas implícitas nas proposições de Brasil (2008). Para tanto, as práticas educativas se voltam para estimular a criança a fazer parte do meio onde se encontra como sujeito ativo, para que, nas interações que compartilha, considerando suas especificidades individuais, tenha assegurado seu pleno desenvolvimento como pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como base a análise de documentos e bibliografias voltados para a educação infantil sob a ótica da inclusão no contexto do AEE em uma instituição de caráter não governamental, tendo como objetivo central analisar as práticas pedagógicas inclusivas relacionadas ao AEE na educação infantil e desenvolvidas no CERVAC.

Dos estudos realizados, foi possível depreender que, pensar numa prática pedagógica voltada a inclusão exige a superação de barreiras do preconceito e da indiferença, para além dos discursos. Significa expressar essa superação no dia a dia da sala de aula, por intermédio de situações que priorizem o desenvolvimento das habilidades de cada criança com necessidades especiais para que ela ganhe confiança e ocupe seu espaço na sociedade, tendo, ao mesmo tempo, seus direitos respeitados.

Como um das conclusões possíveis, enfatizamos que, em meio às políticas e ações voltadas a esse público, tem-se o AEE que, no caso do CERVAC, prioriza a inclusão nas suas bases educacionais, num esforço de superação de barreiras atitudinais, evocadas pelo medo ou preconceito. Sobretudo, abre espaço para que todas as crianças e jovens sejam acolhidos oportunizando situações pedagógicas promotoras de aprendizagens significativas ao pleno desenvolvimento cultural dessas pessoas. Especialmente, nessa instituição, as crianças pequenas são estimuladas nas áreas sensorial, afetiva e motora, a partir das atividades desenvolvidas no ambiente escolar cujos eixos norteadores envolvem o brincar, educar e cuidar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, 1996.
- _____. *Referencial curricular nacional para educação infantil*. Brasília: MEC, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília: MEC-SEESP, 2001.
- _____. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC-SEESP, 2008.
- CARDOSO, R.; SIMONINI, G. Atendimento educacional especializado (AEE) na rede municipal de ensino em Uberlândia. In: VII Semana Pedagógica – Professor: Identidade em Construção. *Anais...* Uberlândia, 2009. Universidade Antônio Carlos/ Instituto Educacional Fernando de Oliveira/Faculdade Educacional e Estudos Sociais de Uberlândia. Disponível: <http://www.unipaciefom.com.br/anais/anais09/trabalhos/eixo6/Rosinei_Cardoso.pdf>. Acesso em: dia out 2011.
- CERVAC. Centro de Reabilitação e Valorização da Criança. *Projeto político pedagógico*. Recife: CERVAC, 2009.
- DRAGO, R. *Inclusão na educação infantil*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- FELTRIN, A. E. *Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GONZÁLEZ, J. A. T. *Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, W.; STAINBACK, S. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p. 21-34.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTIN, C. S. Aprender a superar: conhecer o que afeta seu aluno é o primeiro passo para criar estratégias que garantam a aprendizagem. *Revista Nova Escola*. São Paulo: Abril-Fundação Vitor Civita. n. 24, julho de 2009, p. 16-23.
- MARTINS, L. A. R. *et al. Inclusão: compartilhando saberes*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MENDES, E. G. *Bases históricas da educação especial no Brasil e a perspectiva da educação inclusiva*. 2001. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal do Ceará - UFCE, Fortaleza, 2001.
- QUEIROZ, M. A. S.; SILVA, R. S. A. *A formação do pedagogo na educação especial: um estudo descritivo*. 2001. 45 f. Monografia. (Graduação). Universidade da Amazônia, Belém-Pará, 2001.

RODRIGUES, D. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, M. P. S. Educação inclusiva e a declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro. *Revista Integração*. Ano 10, n. 22, 2000. p. 4-11.

SOUZA, J. M. S.; FILHO, J. A. A. B. *Cidadania é inclusão: o caso do centro de reabilitação e valorização da criança – CERVAC (Morro da Conceição – Recife/PE)*. 2008. 41 f. Monografia (Especialização em Educação). Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, Recife, 2008.